

O IDEAL E O REAL NO ENSINO UNIVERSITÁRIO DA TRADUÇÃO

Érika Nogueira de Andrade Stupiello
Universidade do Estado de São Paulo
erika@traducao-interpretacao.com.br

Resumo: O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre as expectativas em geral sustentadas por alunos ingressantes em um curso universitário de tradução, redimensionadas pelo pensamento vinculado à pós-modernidade. A visão que a maior parte dos aprendizes compartilha é a de que o ensino da tradução pode ser sistematizado e aprendido por um método único e infalível, uma postura que reflete o pensamento tradicional sobre tradução como uma operação de transferência de significados de uma língua para outra. Por outro lado, a reflexão pós-moderna concebe a tradução como uma atividade de produção, e não reprodução, de significados, simultaneamente desvinculando o tradutor da imagem de responsável por um transporte irrealizável de significados intactos, mas outorgando-lhe o papel de co-autor responsável pela reescritura de um texto.

Palavras-chave: ensino, prática de tradução, teoria da tradução, pós-modernidade.

Abstract: This paper reflects upon the expectations usually held by freshman students in an undergraduate translation course, revisited here through the postmodern perspective. The view most students share is that the teaching of translation may be systematized and learned through one sole and infallible method, a stance which echoes the traditional thought on translation as a transfer operation. The postmodern condition, on the other hand, conceives translation as an activity of production, and not reproduction, of meaning, whereby the translator is no longer seen as the one in charge of transporting intact meanings, but is granted the role of co-author responsible for rewriting a text.

Keywords: teaching, translation practice, translation theory, postmodernity.

O presente trabalho, fundamentado em minha experiência como professora das disciplinas de Teoria da Tradução e Prática de Tradução na União das Faculdades dos Grandes Lagos – Unilago, em São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, procura refletir sobre como as idealizações sustentadas pelos alunos ingressantes em um curso universitário de Bacharelado em Letras com Habilitação em Tradutor e Intérprete¹ em relação à profissão e ao papel do tradutor são desmistificadas por um trabalho desenvolvido em aula envolvendo a reflexão sobre tradução vinculada à pós-modernidade, em favor de uma formação efetiva e condizente com a realidade da tarefa de tradutores e intérpretes.

Partilhando, na maioria das vezes, gosto ou aptidão por línguas, a maior parte daqueles que buscam formação universitária em tradução e interpretação o fazem acreditando que, no ambiente acadêmico, terão acesso a fórmulas ou manuais de tradução que os capacitarão a dominar uma língua estrangeira e, simultaneamente, as regras e os métodos de tradução. É com base nessa crença que os ingressantes do curso, em um primeiro momento, indagam a pertinência de aulas de Teoria da Tradução, já que acreditam que é somente a prática que vai capacitá-los a realizar traduções de maneira eficaz. Para Paulo Rónai (1981), uma das “falácias” da tradução seria justamente a difundida ilusão de se poder aprendê-la por meio manuais, com toda a “precisão” e “eficiência” de um tratado. Embora o trabalho teórico de Rónai parta de sua vasta experiência como tradutor, observa-se que em uma de suas mais conhecidas obras sobre o ofício, *A tradução vivida*, ele sustenta a postura de que “a tradução aprende-se traduzindo” (p. 110), e, embora ressalte a importância do contexto na realização de qualquer tradução, não deixa, de alguma forma, de prescrever o que o tradutor deve fazer, especialmente quando resume as três qualidades que este supostamente deveria apresentar no seguinte: conhecimento profundo da sua língua materna, conhecimento suficiente da língua estrangeira para, pelo menos, desconfiar de “cada vez que a compreensão insuficiente de uma palavra ou de um trecho obscurece

o sentido do conjunto” (p. 28) e, por fim, “bom senso”, a fim de que o tradutor esteja sempre ciente de que o texto de partida “tem um sentido no original” e que, muitas vezes, a solução encontrada para a tradução “não corresponde ao espírito da língua-alvo” (p. 29). A preceituação de Rónai renova, ainda que não intencionalmente, a postura de que traduzir se resume a portar atributos especiais para compreensão de um sentido já presente no texto original e, portanto, indiferente a qualquer variação interpretativa. Sua concepção do ofício é exemplar de um tradutor que, embora reconheça seu espaço criador na obra traduzida, vê a interferência como inapropriada, uma vez que o original já teria um sentido pronto a ser respeitado e recuperado. Essa difundida visão sobre a tradução ecoa na maneira como a atividade tradutória é concebida pelos alunos ingressantes que, respondendo a uma pesquisa realizada no início da primeira série sobre suas expectativas com relação ao curso escolhido, têm expressado, em sua grande maioria, a idéia de que traduzir corresponderia a aprender e dominar uma série de regras e recursos que os capacitariam a recuperar sentidos já instituídos na língua de partida e trazê-los à língua de chegada.

Descrita por teóricos como Mounin (*apud* Arrojo, 1992) como um problema para a lingüística contemporânea, a tradução tem sido historicamente estigmatizada por resistir à tão desejada sistematização que, de uma certa forma, no ambiente acadêmico, oferece o que chamo de “falsa segurança” a aprendizes de tradução, em especial ao projetar sua imagem como sendo a de um intermediário, com a tarefa de recuperar significados e promover sua passagem supostamente correta de uma língua para outra. A “ilusão”, conforme caracteriza Arrojo (1992), de possibilidade de redução da atividade tradutória a uma operação previsível e conscientemente controlável, com princípios, definições e critérios de avaliação próprios e universais, acaba sendo colocada em jogo nas aulas de Teoria da Tradução, em que se confrontam teorias que consideram a atividade tradutória como um transporte puro de

significados (Nida, *apud* Arrojo, 1986), cujo produto seria passível de uma descrição sistemática (Catford, Newmark, *apud* Barbosa, 2004), e aquelas que contemplam a tradução pela ótica pós-moderna, pregando a inscrição inevitável do tradutor no texto que traduz – com todas as suas manifestações conscientes ou inconscientes – e negando a possibilidade de uma atuação neutra ou de transferência passiva de significados intactos (Arrojo, 1986, 1992, 1993; Frota, 2000 e Rodrigues, 2000).

Se, em um primeiro momento, a desmistificação da idéia de que traduzir - correspondente aqui ao acesso a uma fórmula ou a um modelo infalível que garantam uma boa tradução - possa gerar uma sensação de incontrolabilidade da produção de sentidos, a construção da noção do ofício como uma atividade essencialmente produtora de significados pela reflexão pós-moderna conduz à idéia de que, somado ao aprendizado de línguas, aprender a traduzir envolve necessariamente “aprender a ler”, conforme defende Arrojo (1986), uma vez que não haveria um significado preexistente a ser recuperado, mas a ser produzido pelo leitor/tradutor, que não pode deixar de se influenciar por tudo aquilo que o constitui como sujeito, isto é, “seu inconsciente, sua história, sua cultura, sua ideologia” (Arrojo, 1992, p. 88). Conforme argumenta, a impossibilidade de transporte intacto de significados não se aplicaria somente à tradução, mas a todo processo de comunicação oral e escrita, já que a linguagem se manifesta justamente através da multiplicidade de línguas.

Por outro lado, em se tratando do ensino da tradução, a expectativa geralmente sustentada seria a de que o professor de Prática de Tradução deteria controle total do processo de comunicação que constitui a tradução. Seria dele o dever de continuamente suprir respostas prontas aos aprendizes, apontando-lhes a maneira certa de ter acesso à “verdadeira intenção” do autor original. Para Arrojo (1992), esse modo de pensar o ofício seria coerente com a visão que tradicionalmente se tem da atividade do tradutor e que, de maneira direta ou indireta, acaba sendo imposta ao processo de

formação de profissionais da área (p. 99). Segundo ela, “o que proíbe tanto ao leitor e ao ouvinte, como ao tradutor, é a interpretação, ou seja, a interferência de seu contexto histórico-social e de sua psicologia na construção de uma leitura ou tradução” (p. 102), como se aprender a traduzir se resumisse apenas ao domínio da língua materna e de línguas estrangeiras, uma idéia que, para a autora, refletiria a própria alienação do tradutor.

Apoiando-se em um estudo da teoria psicanalítica, em especial no que diz respeito ao inconsciente e às suas manifestações, Frota (2000), em seu livro *A singularidade na escrita tradutora*, volta seu olhar para a figura do tradutor em si, sujeito que, segundo ela, seria “assujeitado ao inconsciente” e cujo trabalho seria inevitavelmente influenciado por experiências vividas, conforme descreve:

um sujeito desejante que, longe de ser universal, abstrato, anterior a qualquer discurso, é submetido a desejos e pensamentos inconscientes, psiquicamente organizados em cadeias formadas a partir de significantes que restaram gravados na memória. Restos singulares, já que restos de palavras ouvidas e imagens vistas na história do indivíduo (Frota, 2000, p. 228-9).

Em uma ampla análise da reflexão freudiana sobre os sonhos e os chistes, a autora propõe uma abordagem de tradução que valorize a subjetividade do tradutor na produção – e não reprodução – de significados, uma mudança de postura que, conforme defende, seria oposta à “banalização” da tradução como uma atividade meramente mecânica. Por outro lado, o reconhecimento da opacidade das línguas e dos textos tornaria decisiva a interpretação do leitor/tradutor, fazendo com que a tradução passasse a ser concebida como um “trabalho de produção de (efeitos de) significados” (p. 101).

A reflexão de Frota, embora intrincada na complexidade da psicanálise, é, a meu ver, de extrema importância na construção

da base teórica de tradutores em formação, visto ser inovadora na maneira como concebe o tradutor – como um sujeito notadamente marcado por singularidades – e, em especial, na crítica que faz à teoria proposta pelo teórico e tradutor Venuti (1995), em um dos conceitos mais debatidos atualmente no campo dos estudos da tradução: o da (in)visibilidade do tradutor.

Venuti (1995), ao traçar um panorama da situação de trabalho dos tradutores de língua inglesa, argumenta que estratégias tradicionalmente utilizadas na escrita e na leitura de traduções, as quais ele denomina “domesticadoras”, seriam responsáveis pela invisibilidade do tradutor, bem como o não reconhecimento de seu trabalho. Tais estratégias, as quais chama de “imperialistas” - e, segundo ele, amplamente adotadas no mercado editorial norte-americano? teriam por finalidade apagar a diferença lingüística e cultural do texto estrangeiro, ao mesmo tempo em que codificariam na tradução valores, crenças e representações próprias da cultura de chegada. A tradução seria, assim, uma espécie de instrumento de “aculturação”, que domesticaria o texto estrangeiro, apropriando-se dele e tornando-o reconhecível ao leitor da língua de chegada.

Colocando-se em uma posição contrária à crença na transparência e imparcialidade de uma tradução fluente e ao cenário discriminatório de análise de traduções e de remuneração de tradutores, Venuti condena as estratégias tradicionalmente empregadas na escrita e leitura de traduções como responsáveis pelo desmerecimento do trabalho do tradutor, que se justificaria pela crença de que sua obrigação seria, principalmente, se “fazer invisível”.

No exame que Frota (2000) faz sobre o trabalho de Venuti, a autora reconhece a relevância da teoria da (in)visibilidade que, segundo ela, teria sido uma das primeiras a enfatizar a importância de se pensarem as línguas associadas à história, às culturas e às ideologias. Por outro lado, a crítica da autora estaria voltada ao fato de Venuti ter excluído o sujeito “de grupos sociais e discursivos

no interior de sistemas ou estruturas maiores”, o que faria com que as diferenças discursivas fossem vistas somente como “fenômenos absolutamente sociais”, além de serem “desconsideradas diferenças entendidas como singularidades relacionadas ao sujeito” (2000, p. 83). Assim, quando Venuti critica estratégias de tradução fluente como tendo base política e social e propõe sua “escrita de resistência”, a fim de tornar visível a “intervenção do tradutor, seu confronto com a natureza alienígena do texto estrangeiro” (1995, p. 116-7), estaria reintroduzindo, segundo Frota, a idéia de um sujeito pensado como “indivíduo-senhor”, transcendental, capaz de enxergar a “verdadeira história da tradução e de suas estratégias” (2000, p. 121), bem como de controlar sua visibilidade de maneira consciente, uma concepção que não foge da idéia tradicional de que o bom tradutor seria capaz de manipular e dominar a passagem do conteúdo do texto original para o texto traduzido. Embora impulsionada pelo desejo de tornar o tradutor visível e, por conseguinte, valorizado, quando levada às últimas conseqüências, o posicionamento de Venuti, de que ao tradutor seria possível controlar sua visibilidade, acaba por conferir primazia ao sujeito em relação ao objeto (texto), como se lhe fosse possível ser exterior a este e ter acesso ao contexto histórico, às estratégias de escrita e às intenções e interferências de um autor por meio de suas “técnicas” de leitura e de escrita.

Em se tratando de ensino de tradução, a expectativa de controle total do texto a ser traduzido recai, igualmente, sobre o professor de Prática de Tradução, de quem os aprendizes esperam receber sempre respostas prontas, e com o qual imaginam poder aprender a ter acesso à “verdadeira intenção” do autor original. Para Arrojo (1992), essa maneira de pensar seria coerente com a visão que tradicionalmente se tem da atividade do tradutor e que, de maneira direta ou indireta, acaba sendo imposta ao processo de formação de profissionais da área (p. 99). Conforme argumenta, não são manuais ou métodos de tradução que conferirão respostas indubitáveis e certas às traduções, mas qualquer trabalho de

tradução, como qualquer leitura, sempre refletirá o “sujeito-tradutor”, o momento histórico e a comunidade cultural que o produziram (p. 103).

De acordo com esse pensamento, o texto de partida ganha um novo perfil, não mais como uma fonte carregada de sentidos, mas como somente um movimento não recuperável enquanto pura origem, mas um “efeito produzido no movimento dos signos”, conforme caracteriza Rodrigues (2000). Assim concebidos, texto original e tradução figuram em uma “complexa” relação que, de acordo com a autora “desafia tanto a noção que interpretar pode ser um ato protetor de significados quanto a idéia de que a tradução seja uma operação de transporte ou transferência de significados e de valores” (p. 221). Dessa forma, da mesma maneira que tradutor não lida com uma fonte ou origem de significados, mas constrói uma interpretação que não escapa às relações tecidas por suas manifestações conscientes e inconscientes, e não deixa de ser guiada por sua história e pela comunidade cultural da qual faz parte, suas traduções também se desdobrarão em outras interpretações, em um incessante movimento de significações, conforme detalha Rodrigues:

o texto traduzido é “outro” texto, que mantém outro tipo de relações entre os elementos, exatamente porque as coerções impostas pelas línguas levam a diferentes possibilidades de contextualizações, de remissões, de encadeamentos, de atribuição de valores entre os elementos (Rodrigues, 2000, p. 205).

Por esse ângulo, texto de partida e tradução seriam produtos de “leituras construídas contextual e socialmente” não sendo opostos, nem equivalentes, mas estando em uma relação que Rodrigues (2000) chama de “suplementaridade”, justamente pelo fato de a tradução não vir a completar o texto de partida, mas de suplementá-lo, isto é, ampliar seu significado e adicionar sentido a ele.

Se qualquer leitura, como qualquer julgamento, é sempre determinada pela “experiência do intérprete”, o próprio ato de ler

em si já torna visível a intervenção decisiva do tradutor, que está igualmente sujeito às circunstâncias culturais e ideológicas de seu tempo e lugar. Em outras palavras, o significado não se encontra depositado no texto à espera de um leitor que o resgate ou o recupere da maneira estabelecida pelo autor, mas se forma a partir da ideologia, dos padrões estéticos, éticos e morais, das circunstâncias históricas e da psicologia que constituem a “comunidade sócio-cultural” da qual o leitor/tradutor faz parte (Fish, *apud* Arrojo, 1993, p. 136). Assim, seriam as suposições de um sujeito, e não os fatos de um texto, que dariam força a uma interpretação. Essa reconsideração pós-moderna da noção tradicional de leitura e de fidelidade seria responsável por conduzir ao reconhecimento da presença do tradutor no texto, como construtor ativo de significados por meio de uma leitura e responsável pela reescritura de um texto.

É desse modo que a reflexão pós-moderna permite ver a relação entre texto original e tradução como uma relação não mais de oposição entre um texto único e outro derivado, mas em uma relação complexa, que exonera o tradutor da responsabilidade pelo transporte de significados ou pela descoberta de correspondentes de igual valor em duas línguas, delegando-o o papel de “um agente transformador responsável pela reescritura de um texto” (Rodrigues, 2000, p. 221).

Trazida para as aulas de Prática de Tradução essa concepção do ofício passa, assim, a fazer sentido por se embasar naquilo que o tradutor faz quando traduz, isto é, ler e interpretar o texto original sem receio de realizar escolhas. A experiência que ela proporciona aos que se iniciam na atividade de tradução é colocada em jogo no momento em que se confrontam diferentes leituras e opções nos exercícios de tradução realizados pelos alunos. Problemas de ordem prática, como qual seria o tempo verbal mais adequado para um determinado trecho de tradução ou, ainda, se uma referência cultural específica deve ou não acompanhar nota do tradutor ganham uma proporção maior se pensados em sala de aula a partir da perspectiva teórica de que traduzir envolve muito

mais do que buscas em dicionários e glossários especializados, mas depende diretamente de estratégias e critérios pessoais colocados em prática por cada tradutor mediante constante estudo e reflexão teórica, principalmente em se tratando de palavras e expressões que não constam nos dicionários e glossários que se tem em mãos quando se traduz. As soluções para as traduções passam, então, a serem motivadas pelo sujeito-tradutor, por suas pressuposições a respeito do texto que traduz e, até mesmo, pela imagem que tem das expectativas de seus clientes ou de seus leitores, uma concepção que, de certa maneira, confere autoconfiança ao aprendiz de tradução, o que lhe será essencial em seu percurso em direção à capacitação de um profissional consciente de seu papel e sem receio de assumir, com responsabilidade, sua função de recriador do texto traduzido. Somente por uma visão mais real e menos mistificadora da atividade tradutória é que será possível voltarmos o olhar ao que realmente interessa a aprendizes de tradução e, finalmente, realizarmos um trabalho que tenha como resultado a formação de profissionais confiantes em si e melhor capacitados para enfrentar os desafios que a nosso mercado nos impõe.

Nota

1. O referido curso prevê em sua grade curricular as disciplinas de Teoria da Tradução I e II nas duas primeiras séries, respectivamente, e Prática de Tradução da segunda à quarta série.

Bibliografia

ARROJO, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.

ARROJO, R. (Org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992.

ARROJO, R. *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

BARBOSA, H. G. *Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta*. Campinas: Pontes, 2004.

FISH, S. *Is there a text in this class? The authority of interpretive communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.

FROTA, M. P. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na lingüística e na psicanálise*. Campinas: Pontes, 2000.

RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RÓNAI, Paulo. *A tradução vivida*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.210p.

VENUTI, L. *The translator's invisibility: a history of translation*. London: Routledge, 1995.